



AVISO

Encerramento administrativo do estabelecimento de apoio social denominado “Miminhos e Carinhos”

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social denominado “Miminhos e Carinhos”, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Creche;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a direção e responsabilidade de Miminhos e Carinhos, Unipessoal Lda.;
- está instalado em Rua do Colégio, n.º 23 (rés do chão e 1.º andar) e o n.º 19 (rés do chão) - 8500-626 Estoril.

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 107/2019, de 19 de junho de 2019, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 19 de junho de 2019

O Conselho Diretivo - Rui Fiolhais - O Presidente



AVISO

Encerramento administrativo de um estabelecimento de apoio social, sem denominação

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato de um estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a direção e responsabilidade de Alexandra Marina Pires Domingos Guerreiro, sócia-gerente de Orquídea - A Residência do Lar, Lda.;
- está instalado em Quinta Valverde, Sítio do Poço Romeiro, Montes de Alvor - 8500-000 Alvor.

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 111/2019, de 19 de junho de 2019, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 19 de junho de 2019

O Conselho Diretivo - Rui Fiolhais - O Presidente



AVISO

Encerramento administrativo do estabelecimento de apoio social denominado Lar Nossa Senhora da Conceição, Rua Ribeira da Portela, N.º 16, Montalim

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social denominado “Lar Nossa Senhora da Conceição”, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Índice de Memórias - Unipessoal, Lda.;
- está instalado em Rua Ribeira da Portela, N.º 16, Montalim, Sobral.

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 123/2019, de 27 de junho de 2019, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 27 de junho de 2019

Rui Fiolhais - Presidente CD



AVISO

Encerramento administrativo de um estabelecimento de apoio social sem denominação sito na Rua da Liberdade, n.º 17 - 2500-531 Póvoa de Santarém

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato de um estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a direção e responsabilidade de Ana Teresa Frazão Belo Rosa Piedade;
- está instalado em Rua da Liberdade, n.º 17 - 2500-531 Póvoa de Santarém.

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 124/2019, de 27 de junho de 2019, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 27 de junho de 2019

Rui Fiolhais - O Presidente do Conselho Diretivo

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA OESTE

Juiz Local Cível de Oeiras

Jul 2

Processo: 8126/07.3TBOER-A

ANÚNCIO

Termo/Alteração do Acompanhamento
Requerente: Dra. Ivone Félix
Acompanhada: Inês Raquel Neto Kuit
Faz-se saber que nos autos de Alteração de Acompanhamento do Maior, acima identificados, por sentença já transitada em julgado em 12-07-2019, foram alteradas as medidas de acompanhamento de Inês Raquel Neto Kuit, nascida em 02-09-1987, com residência na Cooperativa São Pedro, 2745-000, Barcarena, mantendo-se como Acompanhante da Acompanhada, a Sr.ª Ivone Maria Domingues Félix e como Acompanhante substituta, Maria Emilia Neto e tendo sido decretado a favor da Maior Acompanhada, em substituição da medida de que atualmente beneficia, a necessidade de autorização da Acompanhante para qualquer deslocação da Acompanhada para fora do município de Oeiras, designadamente e em particular para o estrangeiro ou para alteração de residência desta, com possibilidade de suprimento judicial desta autorização. A administração total dos bens e rendimentos da Maior Acompanhada. A limitação da livre celebração pela Acompanhada de negócios da sua vida corrente aos negócios deste tipo que não ultrapassem o valor mensal de €40,00 (quarenta euros) e a representação especial da Maior Acompanhada pela Acompanhante em todos os negócios que impliquem, para esta, assunção de dívidas, encargos ou obrigações de vencimento diferido ou que excedam o limite mensal referido anteriormente.
N.º Referências: 120521959
Oeiras, 19-07-2019
A Juíza de Direito
Dra. Maria Teresa da Silva Sandilões
O Oficial de Justiça
Elton Carvau Rodrigues
Público, 26/07/2019

Aviso Assistente Técnico

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração, de 06 de junho de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis, a contar da data de publicação do presente extrato, o procedimento concursal com vista à constituição de reserva de recrutamento de assistentes técnicos, para celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado.

Os requisitos, gerais e especiais e o perfil de competências exigido, a composição do júri, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para a apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal em apreço, constam da publicação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E., in www.chln.min-saude.pt/ **recrutamento**.

Lisboa, 10 de julho de 2019

A Diretora do Serviço de Recursos Humanos
Ana Correia Lopes

TRIBUNAL ADMNISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA

Unidade Orgânica 1 - Processo: 447/19.9BECBR - Ação Administrativa

ANÚNCIO

Autor: M.A.A.V.I.M. - Movimento Associativo de Apoio às Vítimas dos Incêndios de Midões Réu: Estado Português, representado pelo Digno Magistrado do Ministério Público (e Outros)

FAZ-SE SABER, que nos autos de ação popular supraidentificada, que se encontra pendente neste tribunal, e interposta pelo autor acima indicado, são CITADOS, os titulares dos interesses em causa na presente ação - as populações residentes na freguesia de Midões, concelho de Tábua, bem como nos distritos de Viseu, Coimbra, Castelo Branco e Guarda que foram afetadas pelos incêndios de 14/16 de outubro de 2017, para passarem a intervir, querendo, no PRAZO de 60 dias, que começa a correr depois de finda a DILAÇÃO de 30 dias, a título principal, aceitando-o na fase em que se encontrar, e para declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pelo autor ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de lhes não serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo da representação ser suscetível de recusa pelo representado até ao termo da produção de prova ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos (n.ºs 1 e 4 do art.º 15.º da Lei 83/95, de 31 de Agosto) relativamente aos pedidos articulados pela(o) Autor(a) que consistem:

1. Seja condenado o Ministério da Agricultura a emanar regulamentação destinada a enquadrar os apoios a prestar às vítimas das incêndias de 14-16 de Outubro de 2017, incluindo as residentes em Midões e nas restantes circunscrições afetadas, em aplicação, nomeadamente, dos art.ºs 10.º e 28.º a 33.º da Lei n.º 108/2017, de 23 de Novembro, na redação actual.
 2. Seja condenado o Ministério da Agricultura a dotar essa regulamentação de um conteúdo conforme aos seguintes critérios e orientações.
 - a) Reabertura, em prazos adequados, proporcionais e não discriminatórios, dos períodos de candidaturas aos apoios a que se refere o art.º 10.º da Lei n.º 108/217, abrangendo quer as candidaturas do regime normal da acção 6.2.2, do PDR 2020, quer as do regime simplificado;
 - b) Admissão de candidaturas apresentadas por interessados que não as tenham apresentado ao abrigo do quadro normativo anterior, independentemente do motivo;
 - c) Admissão de modificações a candidaturas já apresentadas anteriormente, designadamente sob a forma de passagem do regime simplificado para o regime normal, em função dos valores dos apoios;
 - d) Definição de critérios de elegibilidade claros e objetivos;
 - e) Definição dos montantes dos apoios em função dos valores de mercado dos bens a substituir;
 - f) Afastamento de critérios que dependam de uma análise global das 77 candidaturas e de uma ponderação entre as mesmas;
 - g) Definição em termos adequados dos prazos para a decisão das candidaturas e para o pagamento dos apoios;
 - h) Divulgação em tempo oportuno e por forma adequada dos prazos das candidaturas, dos critérios de elegibilidade, dos montantes estabelecidos para os apoios e dos prazos estabelecidos para a decisão e para os pagamentos;
 - i) Admissão de candidaturas por via eletrónica e em papel, simplificação dos procedimentos e celeridade na sua tramitação e decisão;
 - j) Qualificação como elegíveis para efeitos de apoios as perdas sofridas até que seja atingido o nível de rendimentos que assegure a manutenção da actividade produtiva;
 - k) Criação, em número e localização adequada, de gabinetes de apoio às vítimas, com funções de informação, de assistência à apresentação e seguimento das candidaturas e de ponto de contacto e articulação com as entidades públicas envolvidas.
 3. Seja condenado o Ministério da Agricultura a garantir a disponibilização e afectação dos recursos humanos e financeiros necessários à recepção, processamento e decisão célere das candidaturas e ao pagamento rápido e integral dos apoios.
 4. Seja condenado o Estado a pagar uma indemnização no valor de 2% dos montantes recebidos do FEADER e do FSUE às populações de Midões e das restantes circunscrições afetadas, enquanto titulares de interesses difusos tendo por objeto os bens constitucionalmente protegidos lesados pelos incêndios de 14-16 de Outubro de 2017.
 5. Seja determinada pelo Tribunal a entidade ou entidades a quem caberá a administração do montante indemnizatório referido em 4. e as finalidades e critérios que devem presidir a essa administração, em função da natureza e titularidade dos bens lesados, conforme consta da petição inicial, cujo duplicado se encontra neste tribunal à ordem do(s) citando(s).
- De que, nos termos do n.º 1 do art.º 11.º do CPTA e do n.º 1 do art.º 40.º do Código de Processo Civil (CPC), é obrigatória a constituição de Mandatário:
- a) Nas causas de competência de tribunais com alçada, em que seja admissível recurso ordinário; b) Nas causas em que seja sempre admissível recurso, independentemente do valor; c) Nos recursos e nas causas propostas nos tribunais superiores.
- As entidades públicas podem fazer-se patrocinador em todos os processos por advogado, solicitador ou licenciado em direito ou em solicitoria com funções de apoio jurídico, sem prejuízo da representação do Estado pelo Ministério Público.

Coimbra, 15-07-2019.

A Juíza de Direito - Ana Margarida Vilaverde e Cunha
A Oficial de Justiça - Maria Manuela Freitas Ferreira

Público, 26/07/2019



ÉDITOS / ANÚNCIO

ÉDITOS DE 30 DIAS / ANÚNCIO DE VENDA

N.º de Processo de Execução Fiscal: 1112201701039075

Identificação do Executado:

N.º de Processo de Execução Fiscal: 1112201701039075

NIF/NIPC: 508622123

Nome: GRAND BUSINESS - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA

Morada: URB. ALTO DO ALFARROBAL LOTE G - BLOCO 1 - N 53 -5 - PORTIMÃO

IDENTIFICAÇÃO DO(S) BEM(ENS)

N.º da Venda: 1112.2019.50 - Fração autónoma designada pela letra C do prédio urbano em regime de propriedade horizontal, inscrito na matriz sob o art.º 1383/4, sito em Estrada de Alvor - Edif Beta - Barranco do Rodrigo ou Serro Ruivo - R/C - Loja 2 - Portimão, composta por uma divisão e uma instalação sanitária, destinada a comércio, indústria ou serviços, freguesia e concelho de Portimão, com a área bruta privativa de 60,1500 m2 com o valor patrimonial de € 47.371,81 atribuído nos termos do CIMI, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão, sob o n.º 5256/19990713 - C - PORTIMÃO.
Executado: Grand Business - Sociedade Imobiliária SA - NIF 508622123

Processo de Execução Fiscal: 1112201701039075 e outros

Francisco Carlos da Silva Lima Dias, Diretor de Finanças de FARO-7081, sito em R. COMANDANTE FRANCISCO MANUEL, 3 - A, faz saber que por esta Direção de Finanças, no âmbito do(s) processo(s) de execução fiscal, infraditacionado(s), instaurado(s) para cobrança da(s) dívida(s) em baixo identificada(s), correm ditos de 30 dias, citando o(a) executado(a) abaixo melhor identificado(a), hoje, ausente em parte incerta, para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do termo dos presentes Éditos, acrescidos da dilação de 30 (trinta) dias, prevista no n.º 3 do artigo 245.º do Código de Processo Civil (CPC), querendo, deduzir oposição ou requerer a dação em pagamento, nos termos dos artigos 203.º n.º 1 e 201.º n.º 1, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

Por dívidas à Fazenda Nacional provenientes de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) do ano de 2016 e 2017; Adicional de IMI do ano de 2017 e COIMAS no valor total de € 5.487,26 (cinco mil quatrocentos e oitenta e sete euros e vinte seis centimos) ao qual acrescem juros de mora e custas a contar nos termos da lei. Mais se faz saber que irá proceder à venda do(s) bem(ns) penhorado(s) supraindicado(s), penhorado(s) ao(a) executado(a), abaixo identificado(a), na modalidade de «Leilão eletrónico», nos termos do artigo 248.º e seguintes do CPPT e da Portaria n.º 2019/2011, de 1 de junho.

O valor-base da venda (250.º CPPT) será de € 33.160,27.

É fiel depositário(a) o(a) Sr(a) GRAND BUSINESS - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA SA, residente em PORTIMÃO, «contacto, que deverá mostrar o(s) bem(s) aos potenciais interessados (249.º/6 CPPT), entre as 09:00 horas do dia 2019-10-07 e as 15:30 horas do dia 2019-11-11.

As licitações deverão ser apresentadas via Internet, mediante acesso ao “Portal das Finanças” e autenticação enquanto utilizador registado, em www.portaldasfinancas.gov.pt, na opção “Venda de bens penhorados”, ou seguindo consecutivamente as opções, “Cidadãos”, “Outros Serviços”, “Venda Eletrónica de Bens”, “Leilão Eletrónico”.

Só serão aceites licitações de valor igual ou superior ao valor-base da venda e desde que superiores a qualquer das propostas anteriormente apresentadas para a mesma venda (n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 219/2011, de 1 de junho).

O prazo para apresentação de propostas tem início no dia 2019-10-28, pelas 10:00 horas, e termina às 10:00 horas do dia 2019-11-12, salvo pagamento nos termos do n.º 4 do artigo 264.º do CPPT.

As propostas, uma vez submetidas, não podem ser retiradas, salvo em caso de adiamento da abertura por mais de 90 dias (n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 219/2011, de 1 de junho e n.º 4 do artigo 893.º do Código de Processo Civil - CPC).

No dia e hora designados para o termo do leilão, o Órgão de Execução Fiscal decide sobre a adjudicação do bem (artigo 6.º da Portaria n.º 219/2011, de 1 de junho).

A totalidade do preço deverá ser depositada, à ordem do Órgão de Execução Fiscal, no prazo de 15 dias, contados da decisão de adjudicação, mediante guia a solicitar junto daquele órgão, sob pena de ficar sujeito às sanções legalmente previstas [256.º/1/c) CPPT e 825.º/1/c)2 CPC].

Caso o preço de venda seja superior a 500 unidades de conta (1 UC = € 102) e mediante requerimento fundamentado, entregue no prazo de 5 dias contados da decisão de adjudicação, poderá ser autorizado o depósito, no prazo mencionado no parágrafo anterior, de apenas parte do preço, não inferior a um terço, e o restante no prazo máximo de 8 meses [256.º/1/f) CPPT].

O não pagamento do preço devido, no prazo legalmente determinado, impede o adjudicatário faltoso de apresentar qualquer proposta, em qualquer venda em execução fiscal, durante um período de 2 anos (256.º/4 CPPT). A emissão do título de transmissão depende do pagamento integral do preço e dos impostos que se mostrem devidos, designadamente, Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, Imposto do Selo, Imposto Sobre o Valor Acrescentado ou outros. Mais correm éditos de 10 dias (239.º/2 CPPT), citando os credores desconhecidos e os sucessores dos credores preferentes para, no prazo de 15 dias, contados da data da citação, reclamarem o pagamento dos seus créditos que gozem de garantia real sobre o(s) bem(ns) penhorado(s) acima melhor descrito(s) (240.º). CPPT).

2019-07-23

Maria do Carmo Cabrita dos Santos Custódio - Chefe de Finanças

Por delegação de competências - Despacho n.º 5467/2018 - DR, 2.ª Série, n.º 106, de 2018/06/04
Público, 26/07/2019 - 2.ª Pub.

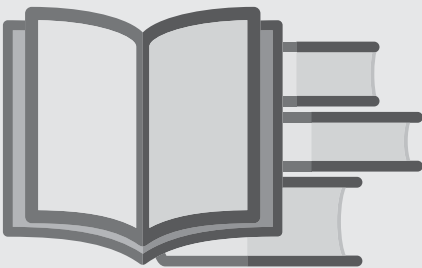
EMPREGO

PESQUISA EMPREGO AQUI

INSCREVA-SE EM
EMPREGO.PUBLICO.PT

EM PARCERIA COM
trabalhando.pt

loja **P** OFEREÇA LITERATURA



MAIS INFORMAÇÕES: loja.publico.pt | 210 111 010